

Superior Tribunal de Justiça

**RE no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.991 - DF
(2019/0199533-5)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : JOAO CLEMENTINO DA SILVA
ADVOGADO : THIAGO HENRIQUE SANTOS SOUSA - DF022944
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL. DOSIMETRIA. PENA-BASE. MAUS ANTECEDENTES. SENTENÇA CONDENATÓRIA EXTINTA HÁ MAIS DE CINCO ANOS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. RE 593.818/SC. **TEMA 150/STF. SOBRESTAMENTO.**

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por JOAO CLEMENTINO DA SILVA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 397):

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. MAUS ANTECEDENTES. DECURSO DO PERÍODO DEPURADOR PREVISTO NO ART. 64, I, DO CÓDIGO PENAL. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. "Embora o Supremo Tribunal Federal ainda não haja decidido o mérito do RE n. 593.818 RG/SC - que, em repercussão geral já reconhecida (DJe 3/4/2009), decidirá se existe ou não um prazo limite para se sopesar uma condenação anterior como maus antecedentes -, certo é que, por ora, tanto a Quinta quanto a Sexta Turma desta Corte Superior de Justiça possuem o entendimento consolidado de que as condenações atingidas pelo período depurador previsto no art. 64, I, do Código Penal, embora não caracterizem mais reincidência, podem ser sopesadas a título de maus antecedentes" (AgRg no HC n. 471.346/MS, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/5/2019, DJe 27/5/2019)

2. Agravo regimental desprovido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 409-417), sustenta a parte recorrente, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido viola o disposto no artigo 5º, incisos XXXVI e XXXIX, da Constituição Federal, porquanto não afastou a ocorrência do *bis in idem* e manteve a análise desfavorável da culpabilidade e das circunstâncias do crime para aumentar a pena em duas fases da dosimetria.

Defende que as condenações atingidas pelo período depurador previsto no

Superior Tribunal de Justiça

artigo 64, I, do Código Penal não podem ser sopesadas a título de maus antecedentes para desabono das circunstâncias judiciais.

A parte recorrida apresentou contrarrazões (fl. 426-429).

É o relatório.

O recurso extraordinário deve ser sobrestado.

Com efeito, nos autos do Recurso Extraordinário 593.818/SC, o Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral da questão referente à "consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base" (Tema 150/STF). Confira-se, por oportuno, a ementa do *decisum*:

MATÉRIA PENAL. FIXAÇÃO DA PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. MAUS ANTECEDENTES. SENTENÇA CONDENATÓRIA EXTINTA HÁ MAIS DE CINCO ANOS. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE NÃO-CULPABILIDADE. MANIFESTAÇÃO PELO RECONHECIMENTO DO REQUISITO DE REPERCUSSÃO GERAL PARA APRECIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. (RE 593.818 RG, Relator Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 26/2/2009, DJe-064, divulgado em 2/4/2009, publicado em 3/4/2009, EMENT VOL-02355-06 PP-01118.)

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, **determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até a publicação da decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal sobre o Tema 150/STF da sistemática da repercussão geral.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente